

Saúde na berlinda

A defesa que o ministro Adilmar Jatene faz do Sistema Único de Saúde (SUS) não invalida críticas objetivas a alguns de seus aspectos. Um deles: a questão da dupla militância dos profissionais do setor, levantada pelo médico Aloysio Campos da Paz, que dirige a renomada Fundação Sarah Kubitschek, em Brasília.

Dupla militância vem a ser a acumulação de cargos por médicos nos setores público e privado. O SUS, como se sabe, terceiriza serviços, o que faz com que recursos destinados a atendimento na área pública acabem repassados, em abundância, ao setor privado.

Hoje, nada menos que 70% dos recursos estatais destinados à saúde pública são repassados ao setor privado. Jatene contra-argumenta: jamais também foram feitas tantas internações, jamais se universalizaram tanto os serviços hospitalares. O certo, porém, é que as instalações hospitalares do Estado, que já foram modelares, jamais estiveram também tão deterioradas, sem a contrapartida de bom atendimento na rede

privada conveniada. Muito pelo contrário — basta examinar a Clínica Santa Genoveva, no Rio, plataforma de embarque imediato para o Além.

Algumas distorções são evidentes. O exemplo citado por Campos da Paz é irresponsável: imagine-se um médico, incumbido de chefiar o setor de radiologia de um hospital do Estado, que, simultaneamente, é dono de uma clínica radiológica.

A quem ele encaminhará um paciente que necessite de serviços de radiologia — a si próprio ou ao Estado? Que interesse terá em preservar os equipamentos do Estado se, dentro das regras vigentes, pode se locupletar com sua deterioração? São perguntas que dispensam respostas (estão embutidas na própria pergunta) e tornam mais fácil compreender o que se passa com a saúde pública brasileira.

O ministro Jatene vive momento decisivo dentro do governo. Está na corda bamba. Ontem, falou-se mais uma vez em sua demissão. O imposto que concebeu para tapar o rombo da saúde, a Con-

tribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, colocou-o em rota de colisão com a área econômica.

O ministro do Planejamento, Antonio Kandir, que é contra o imposto — não o crê eficaz nem mesmo como mero paliativo —, teve que engolir um pito público do presidente Fernando Henrique, que se viu num dilema: ou apoiava o imposto ou demitia Jatene.

Preferiu, pelo menos de início, a saída mais simples, até porque há sinais concretos de que a Câmara não aprovará o novo tributo, sobretudo depois dos acontecimentos de Caruaru e da Clínica Santa Genoveva.

Se a Câmara o negar, como é previsível, ficará difícil a situação de Jatene dentro do governo. O ministro tem dito que, sem esse imposto, não há o que fazer. Nesse caso, é mais provável que volte a cuidar dos corações alheios, no Incor. Kandir diz que há verba, só que está sendo mal-empregada. Será a oportunidade de demonstrar seu surpreendente argumento.